



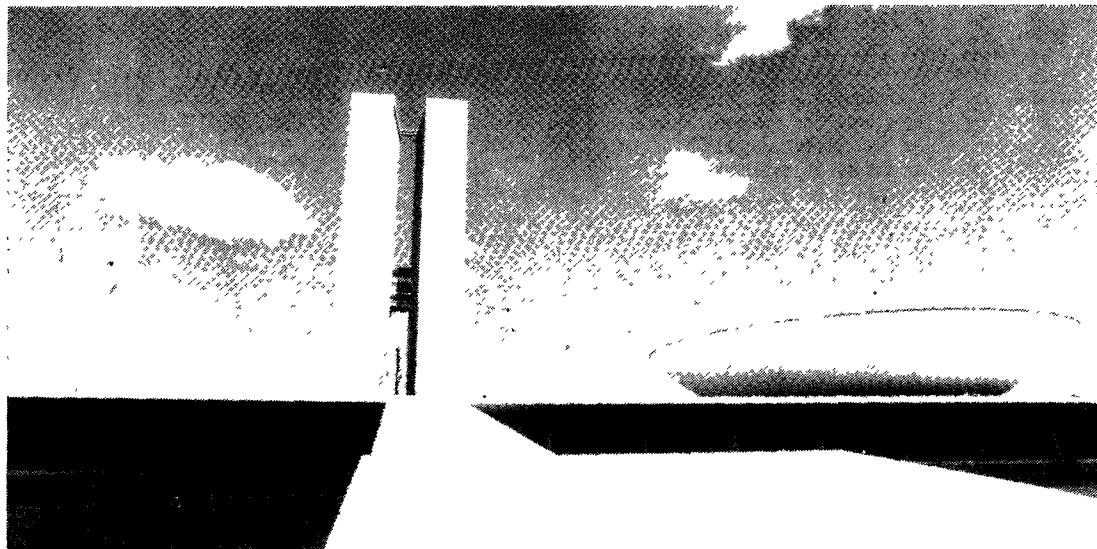
República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 064

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1983



CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 169.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE JUNHO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO JORGE ARBAGE, como Líder — Exclusão das regiões Norte e Nordeste de medidas econômicas restritivas preconizadas pelo Governo.

DEPUTADO SINVAL GUZZELLI, como Líder — Considerações sobre o pronunciamento do orador que o precedeu na tribuna.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Protecionismo do Governo do Piauí em favor de latifundiários, em detrimento dos pequenos agricultores daquele Estado.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Descaracterização da política habitacional do País.

DEPUTADO FARABULINI JÚNIOR — Insensibilidade da Comissão Interministerial de Preços aos problemas da população brasileira, tendo em vista os freqüentes aumentos concedidos aos medicamentos.

DEPUTADO OSVALDO MELO — Discurso proferido pelo Sr. Romeu Chap-Chap, por ocasião do almoço oferecido pela SECOVI ao Sr. Presidente da República, em São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO — 403º anos da morte de Luiz Vaz de Camões.

DEPUTADO LUIZ BAPTISTA — Observações sobre medidas anunciadas ontem pelo Governo, integrantes do "pacote" econômico prestes a ser adotado.

DEPUTADO DIONÍSIO HAGE — Necessidade de equiparação salarial dos professores municipais à remuneração dos estaduais.

DEPUTADO NELSON DO CARMO — Posicionamento de S. Ex.^a contrário aos subsídios na economia brasileira.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 6/83 (n.º 75/83, na origem), que altera dispositivos da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de "quorum".

Projeto de Decreto Legislativo n.º 58/83-CN, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 2.011, de 18 de janeiro de 1983, que concede isenção de impostos aos bens destinados à execução do Programa Nacional

Ata da 169.^a Sessão Conjunta, em 9 de junho de 1983

1.^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47.^a Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevyr Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Álvaro Dias — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bitencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaide — PMDB; Ola-

EXPEDIENTE

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIARIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superficie:

Semestre Cr\$ 3 000,00

Ano Cr\$ 6 000,00

Exemplar Avulso Cr\$ 50,00

Tiragem 2 200 exemplares

de Comunicações Domésticas por Satélites. **Aprovado.** A promulgação.

1.4. — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 170.^a SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE JUNHO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO LUIZ BAPTISTA — Medidas a serem tomadas pelo Governo no setor de nossa economia.

DEPUTADO VALMOR GILVARINA — Colocações sobre o discurso do Líder Nelson Marchezan, proferido na sessão de hoje da Câmara dos Deputados, referente a medidas adotadas pelo Governo na área econômica do País.

DEPUTADO ARTUR VIRGILIO NETO — Artigo do

jornalista Thomaz Coelho, intitulado "Moral sem moratória".

DEPUTADO LUDGERO RAULINO — Contestação de assertivas feitas pelo Sr. Heráclito Fortes, referentes a arbitrariedades que teriam sido praticadas no Município de Barras — PI.

DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON — Documento subscrito pela Federação dos Sindicatos do Rio de Janeiro, contrário ao chamado "Pacote Econômico" adotado pelo Governo.

DEPUTADO HERÁCLITO FORTES — Considerações sobre o pronunciamento do Sr. Ludgero Raulino, feito na presente sessão.

DEPUTADO DJALMA BESSA — Observações sobre os debates travados na sessão de hoje da Câmara dos Deputados, entre os Líderes Nelson

Marchezan e Freitas Nobre, a propósito das medidas que vêm de ser adotadas pelo Governo no setor econômico do País.

DEPUTADO SINVAL GUZZELLI — Posição da Bancada do PMDB em relação às medidas econômicas recomendadas pelo Conselho Monetário Nacional, a propósito do pronunciamento do seu antecessor na tribuna.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta, a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.2.3 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Sinval Guazzelli e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de "quorum" para o prosseguimento da sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO

rique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paráiba

Adauto Pereira — PDS; Aloísio Campos — PMDB; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Flúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquison Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Sant'Anna — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB;

vo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moyses Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Hen-

Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Arolde de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Pechanha — PMDB; Celso Pechanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palls — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luis Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Be'ém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto

Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheldde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoio — PT; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Molletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Ce'so Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martínez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Meiro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélis Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 471 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage, como Líder.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste exato momento está reunido em Brasília o Conselho Monetário Nacional. E, segundo se acha anunciado pela imprensa, o objetivo está concentrado em decidir a adoção de uma série de medidas com as quais o Governo Federal pretende enfrentar as dificuldades da crise econômica que nos aflige.

Estou aqui, Sr. Presidente, para uma comunicação que reputo das mais alvissareiras para as Regiões Norte e Nordeste do País. Há poucos instantes, o Ministro do Planejamento, Sr. Delfim Netto, me transmitia, autorizado por S. Ex.^a o Presidente João Figueiredo, a informação de que a atual sistemática econômica vigente naquelas regiões não será atingida pelas medidas governamentais e permanecerão tais como se encontrava na presente conjuntura.

Disse de início, Sr. Presidente, que se tratava de notícia alvissareira, e o é na realidade, porque este acontecimento revela a alta sensibilidade que o Presidente João Figueiredo tem para com os problemas peculiares daquelas regiões.

Já dei conhecimento desta notícia, Sr. Presidente, através de telex que acabo de lhes enviar, à Associação Comercial, à Federação das Indústrias do meu Estado e a outras entidades de classe, pedindo ao em-

presariado do Pará que, mesmo no momento de dificuldade como este que atravessa o País, não perca a fé e a confiança na ação retilínea e corajosa do Presidente da República, porque S. Ex.^a, em oportunidades como esta, nunca faltou aos nossos apelos e sempre se mostrou um homem sensível à solução dos problemas cruciantes que essas duas subdesenvolvidas regiões do País costumemente enfrentam.

Ao fazer esta comunicação para conhecimento do Congresso Nacional, Sr. Presidente, não escondo a minha alegria e até a minha emoção, porque estávamos vivendo realmente momentos de apreensão, diante de uma situação quase imprevisível, em função do estrépito que ecoava pelo País, em relação às medidas que neste momento estão sendo adotadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Só nos resta, Sr. Presidente, nesta hora e diante desse gesto de reconhecimento do Presidente da República e dos Ministros da área econômica, dizer que a nossa fé, a nossa confiança e o nosso espírito de luta cada vez mais se concentram em torno do Governo do Presidente João Figueiredo, e que o empresariado do Norte e do Nordeste está realmente mais do que nunca empenhado em ajudar a política econômica do Governo, para que S. Ex.^a possa, nesta hora crucial, contar com o apoio e a solidariedade dos homens de bem dessas duas regiões, na certeza de que, se depender do seu esforço empresarial, S. Ex.^a terá, no fim deste exercício, alcançado o superávit de 6 bilhões de dólares da balança comercial para aliviar as dificuldades do nosso endividamento externo. Fica, pois, a minha comunicação que, espero, tenha alegrado o Norte e o Nordeste, independentemente de coloração político-partidária, porque, neste momento, o que está acima de tudo são, incorporados aos interesses gerais do País, os interesses destas duas regiões.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sival Guazzelli, na qualidade de Líder.

O SR. SIVAL GUAZZELLI (PMDB — RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o nobre Líder Jorge Arbage acaba de fazer comunicação à Casa sobre alguns aspectos do "pacote" econômico que neste exato instante está sendo examinado pelo Conselho Monetário, hoje reunido em Brasília. Ontem à noite já se anunciavam algumas possíveis decisões que o Conselho Monetário tomaria nessa reunião. Vamos aguardar, Sr. Presidente, as definições do Conselho Monetário.

Anunciou o nobre Líder Jorge Arbage que algumas medidas restritivas serão definidas hoje pelo Conselho Monetário, mas, autorizado desde logo, S. Ex.^a anunciou à Casa que as regiões Norte e Nordeste estarão fora de quaisquer medidas restritivas que venham a ser tomadas hoje em reunião do Conselho Monetário. Vamos, então, aguardá-las.

A Nação aguarda com expectativa as decisões que neste instante estão sendo tomadas pelo Conselho Monetário Nacional. Do que ontem foi anunciado pela televisão — ocupando muitos espaços e até já adiantando algumas opiniões sobre as medidas hoje adotadas por este órgão governamental — e do que noticiam os jornais matutinos de hoje, desde logo uma circunstância nos preocupa: diante das dificuldades que vive o País nesta hora, especialmente o déficit público, o Governo parece que se preocupou muito mais em reforçar as receitas públicas do que em restringir os gastos públicos. A primeira vista, pelo menos

a mim o que mais preocupou foi exatamente esta imagem. Interessado em reforçar as receitas públicas, ao invés de cortar os gastos públicos que vêm pesando na nossa execução orçamentária, gastos estes que são os responsáveis pelo déficit público que a União enfrenta nesta hora, parece que mais uma vez pretende o governo buscar, junto ao contribuinte os recursos de que carece a União para corrigir o seu déficit. Entendemos que, neste momento, mais do que nunca, se fazem necessárias medidas que tragam, como consequência, uma restrição nos gastos públicos — os grandes responsáveis pelo déficit que se vem acumulando nestes últimos anos.

É muito provável que a Liderança do PMDB, através do nobre Deputado Freitas Nobre, uma vez oficializada a decisão do Conselho Monetário, venha a se manifestar no plenário da Câmara, como deverá se manifestar no Senado, por seu Líder Senador Humberto Lucena.

Desde logo, entretanto, queremos deixar aqui uma palavra de apreensão diante do que ontem à noite foi anunciado pela televisão, e, hoje, pelos matutinos. Parece-nos que o Governo, ao invés de procurar o corte dos gastos públicos, procura, mais uma vez, sacrificar o contribuinte, aumentando as arrecadações públicas da União para enfrentar as graves dificuldades da execução orçamentária que vive o País nesta hora. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Lei n.º 4.504, do Estatuto da Terra, através do seu art. 96, estabelece valor a ser pago pelos produtos extrativos, como é o caso do coco e do babaçu.

O Município de Barras, no meu Estado, tem no babaçu a base da sua economia, e suas terras constituem-se de grandes latifúndios. O caboclo barrense vive na maioria, da extração daquela amêndoa, vendendo-a ao proprietário da terra, ou, melhor dizendo, trocando-a por mercadorias ou recebendo por ela os tradicionais vales.

Agora, entretanto, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele Município, tendo em vista o que lhe faculta a citada lei federal, ou seja, que o patrão lhe pague valor correspondente a 90% do preço do mercado, o caboclo barrense vê-se vilipendiado pelo arbítrio do Governo do Estado, que dá cobertura aos latifundiários, perseguindo, pressionando, fazendo com que, muitas vezes, indefesos produtores, coagidos, assim documentos nos quais, muitas vezes, confessam ter roubado o produto fruto do seu trabalho.

"Além das prisões que vinham ocorrendo, recentemente o Governador enviou a Barras nada menos de 70 homens da força pública do Estado, prometendo a prisão em massa."

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, parece que o Governador do Estado, acostumado aos limites do Palácio do Governo e aos hotéis de luxo em que se tem hospedado durante o seu curto mandato, ocupando-os por períodos bem maiores do que os em que se planta na terra que o escolheu Governador não se sensibiliza com a fome, com a seca e com a miséria que campeia no meu Estado e permite que o Secretário de Segurança Pública, atendendo, exclusivamente, a interesses mesquinhos, apenas

para proteger os apaniguados da sua cartilha política local, permite que o povo de Barras venha passando dias de incerteza e de insegurança quando a cidade é invadida pela polícia do Governador para ameaçar, para coagir, para prender, para espancar.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fazemos daqui desta tribuna um apelo ao Ministro Danilo Venturini, no sentido de que mande uma comissão a Teresina, que mande os seus representantes do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, ver o que está ocorrendo no Município de Barras e nos Municípios vizinhos, que têm na atividade extrativa do coco de babaçu a base de sobrevivência de grande parte de sua população. Faço este apelo a S. Ex.^a, o Sr. Ministro, para que tome conhecimento do que acontece em Barras, antes que o saiba através da imprensa internacional, porque um grupo de repórteres e jornalistas americanos esteve recentemente naquele Município, onde fotografou cenas tão bárbaras que nos fazem ter saudade da época da escravidão: trabalhadores trancados em palhoças e fiscalizados, sendo obrigados à força a quebrar e extrair o coco do babaçu, enriquecendo ainda mais os patrões latifundiários.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, fica aqui este apelo para que a Nação brasileira acorde para os atos arbitrários que são cometidos no meu Estado, com a conivência, concordância, incentivo e o apoio dos que, infelizmente, detêm o poder no Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Banco Nacional da Habitação foi criado em 1964 para resolver a deficiência habitacional do País nas camadas de baixa renda. No entanto, quem observar hoje a paisagem urbana brasileira, as grandes cidades, quem observar o crescente processo de marginalização e favelamento de milhares de famílias tangidas pela dor e pelo sofrimento; quem observa a freqüente e irrefreável invasão de terras públicas e privadas, com a instalação de favelas, malocas, mocambos, onde inumeráveis famílias, também jogadas ao abandono, ao desemprego e ao desespero, são obrigadas a ocupar pela força terras que pertencem ao Governo ou que são propriedades de outrem; quem observa o estado de sub-habitação de miséria em que vivem milhões de brasileiros na periferia das grandes cidades, verifica que a política do Banco Nacional da Habitação redundou em fracasso; vê que neste País não há uma política social nem habitacional, o que há é uma política financeira. O BNH tenta sobreviver por métodos que são próprios das empresas financeiras, que têm o lucro por objetivo. Verificamos que o Fundo do Banco Nacional da Habitação, resultante das cadernetas de poupança, tem sido desviado das suas finalidades e aplicado em ORTNs, em LTNs e em obras públicas para atender, muitas vezes, a compromissos de ordem política de alguns governantes.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, para a construção de obras públicas o trabalhador paga os impostos indiretos e o imposto de renda. Para isto existem também os impostos pagos normalmente e que oneram violentamente o trabalhador deste País. No entanto, o Governo desvia dinheiro do Fundo do Sistema Financeiro de Habitação para esta finalidade. É preciso dizer que não há realmente uma política social;

há, isto sim, uma política financeira, e é isto que tem levado à desagregação o Banco Nacional da Habitação.

É preciso registrar também que no Decreto n.º 8.837, recém-assinado pelo Senhor Presidente da República João Baptista Figueiredo, no art. 2.º há uma imoralidade, uma chantagem: "A aplicação do disposto no art. 1.º dependerá de requerimento do mutuário e da adoção da periodicidade semestral". Isto significa dizer, repito, que está sendo imposta uma chantagem, um ato imoral em relação aos mutuários, que só receberão o reajuste mitigado da sua prestação da casa própria se aceitarem a semestralidade, e ao fazê-lo entrarão numa "fria", porque em um ano a prestação irá às nuvens e eles não terão como pagá-la. Quem aceitar a semestralidade e tiver agora 98% de reajuste na sua prestação da casa própria, em janeiro de 1984 terá 184%, o que tornará insustentável a manutenção desse pagamento.

Portanto, deixamos registrado o nosso protesto contra essa política que consideramos um ato de chantagem, uma imoralidade contra os mutuários do BNH.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Farabulini Júnior.

O SR. FARABULINI JÚNIOR (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou encaminhando telegrama, que me parece a via mais rápida, à Comissão Interministerial de Preços, insensível aos problemas desta Nação.

Parece-me que essa Comissão Interministerial faz o jogo das multinacionais, faz o jogo do mercado internacional, que, na verdade, soterra o pobre consumidor brasileiro no âmbito dos medicamentos. Já faz tempo, os medicamentos neste País são administrados pelas multinacionais, empresas gigantes, que, na verdade, absorvem toda a admiração governamental vigente e impõem os preços, o que fazem com desprazo total. Quem de nós não sabe que, no Brasil, as drogarias se ampliam como se ampliassem festas na área popular. Em cada esquina há uma drogaria, em cada esquina há uma farmácia que hoje se constitui no melhor negócio da história. E para bafejar esse negócio, esta Comissão, insensível ao fato social e econômico, em verdade não toma providências para promover o delineamento, o ajuste do preço do remédio à capacidade aquisitiva de quantos precisam dessa área da atividade econômica para subsidiar.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na verdade, temos que compelir esta Comissão a agir com cuidado e esmero em nome da Nação e do povo, nunca em nome das multinacionais, como fazem agora e faziam no passado.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queremos inserir nos Anais desta Casa o discurso proferido pelo Sr. Romeu Chap-Chap, Presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo SECOPVI, durante o almoço que a entidade ofereceu ao Presidente da República, General João Figueiredo, no dia 26 de maio último, em São Paulo.

O referido empresário analisa com muita segurança e isenção o tema intitulado "O Governo e a Redução do Déficit Habitacional", e os termos desse discurso retratam todos os esforços governamentais nessa direção.

Eis, a seguir, o texto, na íntegra, dessa peça oratória cuja leitura já foi inclusive recomendada pelo Presidente da República, no programa de televisão "O Povo e o Presidente":

"Senhor Presidente,

A vinda de Vossa Excelência a São Paulo muito nos honra e envaidece, não apenas porque nos dá a oportunidade de eternizar o reconhecimento de todo o nosso setor ao tratamento prioritário e sem precedentes, que este governo vem imprimindo à redução do déficit habitacional, mas porque consolida na prática — como estamos podendo hoje aqui comprovar — o projeto da Abertura Democrática.

O fato de estarmos aqui reunidos, Oposição e Governo, Cíveis e Militares, Imprensa, Empresários e Trabalhadores, na verdade nos remete a uma só realidade: a de que a meta de Vossa Excelência, de fazer deste País uma democracia, dá hoje o maior testemunho de que avança de maneira decisiva para o seu pleno cumprimento.

Portanto, ao ganhar, não a dimensão de um simples acontecimento, mas dos mais expressivos e relevantes já vividos pela Nação neste último quarto de século, muito nos orgulha que o encontro de hoje transcenda os limites de uma simples homenagem e passe definitivamente para a História.

Para nós do setor habitacional, esta homenagem tem, no entanto, um significado muito especial, Senhor Presidente. Não podemos deixar de reconhecer que o Sistema Financeiro de Habitação e o BNH estão entre as maiores conquistas da Revolução de 64.

A criação do Plano Nacional da Habitação tornou real, para muitos brasileiros, principalmente para os de baixa renda, o antigo sonho da casa própria.

De 1964 até a posse de Vossa Excelência — portanto, em 15 anos —, haviam sido financiadas, pelo Sistema, em todo o Brasil, cerca de dois milhões e cem mil unidades habitacionais. No governo de Vossa Excelência, em apenas quatro anos, o número de unidades contratadas já ultrapassa dois milhões e trezentas mil moradias.

Não seria demais enumerar as principais realizações do governo de Vossa Excelência, no setor habitacional: — a concessão de títulos de propriedade — a permissão de utilização da Taneiro, com a possibilidade, de estender o benefício a outras cidades do Brasil;

— a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para o pagamento de até 80% das prestações da casa própria;

— a elevação dos limites de financiamento de 3.500 para 5.000 UPC's;

— a permissão de utilização da Tabela Price, bem como a extinção do Imposto sobre Operações Financeiras em financiamentos de até 2.700 UPC's;

— a adoção do Sistema de Amortização Misto e o aumento de prazos para o pagamento dos financiamentos imobiliários;

— a criação de tantos outros programas, tais como: o Plano Inquilino, o Plano Condomínio, o Promorar, o Programa para o Trabalhador Sindicalizado, o Programa Habitacional para Ser-

vidores Públicos, o Plano da Casa Rural, o Finsocial, que estão tornando realidade o sonho da casa própria para milhões de brasileiros.

Mas há muito mais. Há o desafio que Vossa Excelência corajosamente se impôs, e manteve até aqui, de enfrentar, de um lado, uma das maiores crises econômicas do século, e, de outro, os revezes da ácida crítica daqueles que, na maior parte dos casos, ainda não puderam assimilar os verdadeiros preceitos do processo da Abertura Democrática.

Na verdade, num País do tamanho deste nosso Brasil, com os desequilíbrios regionais existente e a extensão de seus problemas, as decisões emanadas do Poder Público não podem contentar a todos, a todo o tempo, o que repõe e legitima o sentido do sacrifício, muitas vezes esquecido entre nós.

Sabemos todos que o País se encontra em meio a uma conturbada crise internacional, que vem atingindo de forma mais contundente as economias menos desenvolvidas.

Dívida externa, dívida interna, escalada dos juros, inflação, desemprego. Podemos imaginar quanto sono não tem sido perdido, na heróica tentativa de livrar a Nação de todos os atuais percalços, responsabilidade hoje entregue a Vossa Excelência, certamente às voltas com toda espécie de dificuldades, nessa árdua tarefa que deve ser a de administrar a crise.

Não pretendemos aqui subestimar a gravidade de nossa situação externa, mas a verdade é que hoje sabemos que fizemos tudo para sanear-la. A partir de agora, o compromisso do Brasil deve ser consigo mesmo, a despeito do dramático estágio de seu balanço de pagamentos.

Sempre se apregou a incompatibilidade dos programas de estabilização econômica com os de abertura política. E nós brasileiros, graças à coragem de Vossa Excelência, estamos provando — ao mundo — exatamente o contrário.

Justamente por isso, não se pode admitir, nessa luta, nenhuma justificativa para o pessimismo. O momento representa um sério desafio para todos nós, sem dúvida, mas quem alimenta a certeza de estar diante de dificuldades transitórias e superáveis, não pode deixar-se abater. O Brasil é um País viável, de dimensões continentais, e que oferecendo um potencial inigualável, não precisa assumir atitudes recessionistas.

Se a Nação vive hoje o crucial problema do desemprego, sem dúvida ela tem diante de si duas grandes saídas: uma, é a construção civil e a outra é a agricultura. Por serem setores, em condições de absorver maior volume de mão-de-obra, especialmente mão-de-obra não qualificada, a agricultura e a construção habitacional — esta, representando a vitória da poupança popular sobre a emissão de papel-moeda — aparecem entre os instrumentos mais viáveis de política econômica na geração de novos empregos. E a construção de moradias significa teto e trabalho. E trabalho significa estabilidade social.

Há muita verdade na seguinte afirmativa: "Quando a construção funciona bem, tudo funciona bem". A cons-

trução faz trabalhar centenas de milhares de pessoas, movimentando pequenas empresas e não provoca inflação. E, todos sabemos, é indispensável a necessidade de recriar atividades produtivas.

A população brasileira nos próximos 20 anos será superior a 200 milhões de habitantes, 80 milhões a mais do que a população atual. Para absorver este enorme contingente precisaremos construir mais de 20 milhões de moradias e criar quase o mesmo número de empregos gerados até aqui. E um esclarecido planejamento familiar se faz necessário como item de um amplo processo educativo, abrangendo não só os aspectos sócio-econômicos, mas também, e, sobretudo, os aspectos morais, até mesmo o religioso.

O setor da construção responde hoje por uma ocupação direta e indireta de mão-de-obra das mais salubres, em função do seu alto poder reprodutor. A cada cem empregos diretamente ocupados na indústria da construção imobiliária, correspondem outros 200 nas ocupações indiretas. Ainda mais: não só gera emprego na sua própria área como ativa a pequena e a média indústria, produtora de insumos básicos, não dependentes de importação e evasão de divisas, além de, na sua montagem de moradia, ativar a produção de eletrodoméstico, de móveis, de tecidos, etc...

No setor habitacional, as dificuldades que enfrentamos hoje se prendem exatamente ao fato de que as duas únicas fontes de recursos do Sistema Financeiro de Habitação, a Caderneta de Poupança e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, não estão crescendo na medida das suas necessidades.

Os altos rendimentos dos diversos tipos de papéis oferecidos no mercado financeiro, e mais recentemente, os fundos de renda fixa, têm sido a causa do esvaziamento das cadernetas de poupança e trazendo como consequência, a redução das atividades de todo o setor imobiliário, pela ausência de novos financiamentos.

Entretanto, sensível às diversas sugestões levadas a V. Ex.^a em março último, já na semana passada importantes medidas corretivas foram anunciadas pelo Ministério do Interior e pelo BNH:

— a isenção do Imposto de Renda incidente sobre os rendimentos de depósitos em cadernetas de poupança, até 2.000 UPC's, beneficiando mais de 40 milhões de poupadores;

— a conservação em 1983 do benefício fiscal que consiste na devolução pelo governo de até 12% do valor das prestações pagas pelos mutuários, em 1982;

— destinação de 44,5 bilhões de cruzeiros do Finsocial ao Promorar, em apoio aos programas de habitações para famílias de baixa renda;

— autorização de adoção da Tabela Price para os financiamentos habitacionais, de até 5.000 UPC's.

Estamos pois, diante de soluções concretas e viáveis para os nossos problemas. Mas é preciso que a iniciativa privada esteja presente nessa luta, que, em última instância, é a luta de todos nós, brasileiros, pela Abertura Democrática. A iniciativa privada, pode ser — com sua força criativa incondicional aliada, nesse almejado projeto.

Neste momento, Senhor Presidente, peço licença para fazer um apelo nacional: que todos, governadores, prefeitos, legisladores, empresários e trabalhadores, de todos os partidos, credos e profissões, se afinem num esforço comum com o Presidente Figueiredo, para superarmos as atuais dificuldades e o País retomar seu pleno desenvolvimento.

Neste apelo nacional que formulamos agora, o papel da imprensa é fundamental. A imprensa tem imensa responsabilidade na formação da opinião pública nacional. É essencial que esteja presente, no seu apoio e na crítica construtiva.

Não permitamos jamais que os pessimistas tomem a palavra entre nós. Por pior que seja a situação de nossos empreendimentos, não nos podemos entregar ao comodismo da omissão, da crítica gratuita e da oposição sistemática, que nada constroem.

De nós, empresários, a Nação espera criatividade, disposição para assumir riscos, trabalho e fé. A fé que consegue remover as montanhas do pessimismo, que, às vezes, por um descuido, permitimos que se formem em nossos espíritos.

Como condutor dessa difícil jornada, peço a Vossa Excelência que aceite esta nossa sincera homenagem. E como peñor de um reconhecimento sincero e consciente, de todos que aqui vierem, peço que, em pé, brindemos à saúde do Presidente da Abertura Democrática, João Figueiredo.

Muito obrigado."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PDS-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há 403 anos, no dia de hoje, falecia, em Lisboa, Luiz Vaz de Camões, notável homem da ciência de então, conhecedor profundo da história dos povos, geógrafo dos mais ilustres e capazes, homem, enfim, de muitas humanidades e altamente versado em literatura. Ao lado de todo esse acervo de conhecimentos humanos, que iluminaram e engrandeceram a sua vida de aventuras e adversidades, foi ele o mais eminente e universal poeta da língua portuguesa, o seu maior arquiteto; aquele que, dominando-a e desdobrando-a nas construções mais profundas, originais e belas, ao versejar as glórias da terra pátria, gratificou esplendorosamente e para sempre as nações e povos de língua portuguesa.

É-me um privilégio muito grande e muito grato, nesse dia dedicado à Terra Lusitana, assomar a esta tribuna para, sem dúvidas em nome do povo brasileiro, falar de Portugal e de Camões.

De Portugal, plantado ao longo da costa atlântica da Península Ibérica, envolvido pelo mar e voltado para o Ocidente e os desafios do desconhecido de então, teriam, a aventura e a intrepidez da gente portuguesa, de se encaminhar para o mar, como para o mar desaguam o Douro e o Tejo, e nessa direção consumaram as façanhas e as epopéias que marcaram a sua história.

Do caldeamento de segmentos de povos Iberos, Lígures e Celostas, que ocuparam primordialmente o extremo atlântico da Península Ibérica, havia resultado os Celtiberos, povo que apurara e fundira, ao longo

dos séculos, os caracteres e predicados mais marcantes dessas gentes, e que viriam, afinal, resultar no Lusitano, pela interação vivencial com a terra, ao sofrer e aurrir os influxos de sua mesologia.

Foi desse cerne que se constituiu e se formou o povo português; absorvendo, ainda ao longo dos séculos, a interveniência da cultura e formação de outros povos que por lá estiveram e deixaram traços e marcas, tais como Fenícios, Gregos, Romanos, Visigodos, Mouros, todos contribuindo na constituição da índole portuguesa, mas sem deslocar a predominância dos elementos realmente formadores dos Celtiberos-Lusitanos, que teve em Viriato o fulcro consolidador dessa gente como povo e nação portugueses.

Portugal já possuía uma cultura própria, uma literatura e uma ciência náutica no Séc. XV, quando, no Reinado de D. Manoel, o Venturoso, por decorrência de sua natural vocação para o mar, aventurou-se pelo incógnito, com Fernão de Magalhães, Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Pedro Álvares Cabral e tantos outros navegantes e intrometidos marinheiros, e destendeu-se em territórios ultramarinos através de descobrimentos e grandes conquistas, que o notabilizaram e o singularizaram na comunidade das nações de então, consolidando o seu poder e presença na África, Ásia, Oceânia e América.

É empós ao surto mais denso dessas memoráveis e inextinguíveis epopéias, resultantes em descobrimentos e conquistas sem par no mundo, que nasce em 1524, em Coimbra, Luiz Vaz de Camões, o extraordinário aedo, que, inserido nesse palpitante contexto de grandezas, aventuras e realizações das gentes portuguesas, vai, perlustrando os mesmos caminhos, revivê-las e narrá-las; refleti-las em sua monumental obra: "Os Lusíadas".

Para narrá-las, com seu extraordinário talento, ei-lo combatendo em Ceuta, na Índia, em Goa, nas Molucas, em Moçambique, na Indochina; naufragando no Delta do Mekong. Vivendo, lutando e escrevendo a sua monumental epopéia, recriando, nos cenários verazes, as façanhas da sua gente.

São 16 anos, entre 1553 e 1569, de guerras, lutas, labores e sofrimentos, de aventuras capazes de dar-lhes, ao espírito e à criação artística, as dimensões de sua genialidade.

Retorna a Portugal em 1569 com uma obra épica e uma obra lírica realizadas. Com "Os Lusíadas", extraordinários sonetos, odes e elegias que o tornariam imortal e maior gênio nas letras portuguesas.

Os oito anos seguintes de sua vida, que se extinguiria em Lisboa no dia de hoje de 1580, são aqueles para purgar o preço da sua grandeza (que a posterioridade iria reconhecer): passou-os na miséria e no anonimato. Triste fim, infelizmente comum a quase todos os realmente grandes homens da humanidade à sua época.

E foi, pois, Srs. Congressistas, de uma dessas sagas, em que se desdobraram pelo mundo as realizações do povo lusitano e de que Camões tornou-se o rapsodo maior, que emergiu o Brasil, descoberto e colonizado pelas gentes portuguesas.

O Brasil é, pois, o fruto maior da aventura e da epopéia da gente lusitana por todas as latitudes dos mares do mundo. Descoberto, Portugal trouxe para cá a sua língua, a sua religião, a sua cultura. Defendeu essa terra, junto com os nativos, das pretensões de domínio de outros povos; que, seguindo as suas pegadas, se aventuraram pelo mundo. Deu-lhe as primeiras ordenações, as primeiras leis, os primeiros governos. Depois, assistiu-lhe ao desenvolvimento, à maioridade e, por fim, à independência...

Verdade, que no processo de crescimento do sentimento nativista que resultou na independência do povo brasileiro, nem sempre houve bonanças e exclusão de lutas. Mas esses eventos, diga-se logo a bem da verdade histórica, foram, necessariamente, as consequências do nascimento da grande nação brasileira, que se afirmava a cada dia, dona de si e de seus destinos. O que importa, o que ficou para sempre, hoje muito mais que ontem, e amanhã muito mais do que hoje, é a indestrutível identidade, a profunda identidade de Lusos e Brasileiros, essa comunidade de língua, de idéias, de crenças, de formação espiritual...

Findo o processo de afirmação e definição de ambos os povos, como, naturalmente, suas pequenas diferenciações e peculiaridades, estavam findas as dissensões entre nossos povos. Tudo agora nos une, nos aproxima, e nos irmana. Brasil e Portugal são uma mesma gente, irmãos separados, apenas, pelos mares do Oceano Atlântico; esses mares que se constituíram, afinal, no grande palco da criativa aventura portuguesa e testemunharam para a História o nascimento da grande nação brasileira.

No dia de Portugal, exaltamos a maior criação da gente portuguesa: este gigante chamado Brasil, e o fazemos cumprimentando o Sr. Embaixador Adriano Carvalho e Senhora, que dignificam a terra portuguesa na chefia da representação diplomática do País irmão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Baptista.

O SR. LUIZ BAPTISTA (PMDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meus nobres colegas Congressistas, o "Jornal de Brasília" estampa fotografia onde estão ao redor de uma mesa o Ministro Galvêas, o Ministro Delfim Netto e a bancada do PDS. No centro, os dois sorriem, não sei bem para quem, se para a bancada do PDS ou se para este Brasil que atravessa tremenda crise.

Quero registrar nos Anais desta Casa o meu protesto contra vários itens do "pacote" que o Governo apresenta como salvador da política econômica e financeira do País. Gasolina a 303 cruzeiros, álcool a 178 cruzeiros — é assim que começa o "pacote" restaurador da política econômica e financeira do País — aumento dos juros e retirada dos subsídios da agricultura e de outros setores do País.

Quero, Sr. Presidente, deixar registrado nos Anais desta Casa, e até emocionado, o meu protesto contra a política econômico-financeira que se instala no País, através desta reforma e deste "pacote".

Descobriram a pólvora tarde. Num dos itens diz o "pacote": "Novos cortes nos gastos, investimentos e custeio das empresas estatais". Mais adiante: "Redução na concessão de benefícios e auxílios aos seus funcionários, que também serão limitados a 13 salários".

Este Governo já deveria ter acordado para esta política desastrosa dos Srs. Delfim Netto e Ernane Galvêas. Agora descobriram um pedacinho da pólvora, usando-a para tapar os buracos da economia e das finanças nacionais.

Sr. Presidente, aqui fica o registro do meu descontentamento e da minha tristeza, pois as classes trabalhadoras e produtoras é que serão massacradas e sacrificadas.

Faço votos de que o Estado do Espírito Santo também receba algumas daquelas benesses anunciadas pelo Ministro do Planejamento, quando diz que não serão cortados os benefícios concedidos às regiões Norte e Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dionísio Hage.

O SR. DIONÍSIO HAGE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, apresentei recentemente à alta consideração deste Parlamento projeto de lei visando à equiparação da remuneração dos professores municipais à dos estaduais, através da alteração de dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases, relacionado com a questão.

Trata-se, Senhores, de providência que deixou de ser adotada por ocasião da elaboração daquela lei, mas cuja inexistência vem causando sérias distorções no sistema educacional de 1.º e 2.º graus, em virtude dos aviltados salários que a maioria dos Municípios brasileiros atribui a seu quadro de magistério.

Um dos maiores obstáculos que os programas de educação enfrentam e que frequentemente impede seu perfeito desenvolvimento diz respeito às falhas do professorado, ou por insuficiência de número ou, o que é pior, por falta de capacitação profissional adequada.

Grande parcela da perda da qualidade do ensino se deve ao desestímulo existente em todo o País para o exercício do magistério.

Como agravante, não existe um organismo oficial credenciado para o controle do exercício profissional e capaz de fiscalizar, de um lado, as questões relacionadas com salários e remuneração e, de outro, a devida habilitação dos que se dispõem a exercer a profissão. Em consequência, vive o magistério brasileiro na base da improvisação, ficando o mercado de trabalho exposto à penetração de pessoal estranho ao campo especializado, transformando, portanto, o pessoal tecnicamente habilitado e com formação específica em exceção.

Um dos fatores responsáveis por essa realidade é a insuficiência de professores devidamente diplomados e, aqui, chegamos a um círculo vicioso, em que professores habilitados são poucos, em função da baixa remuneração oferecida pelas escolas e as escolas pagam pouco porque o pessoal não tem capacitação adequada, inexistente, portanto, o estímulo à ampliação do contingente profissional.

Cabe ao Poder Público quebrar esse ritmo, colocando as coisas em seus devidos lugares: obrigar as escolas a pagar decentemente, apenas ao pessoal credenciado, eliminando, gradativamente, os improvisadores.

Se não houver oferta satisfatória de salários, os estudantes não serão de forma alguma atraídos para os cursos de formação pedagógica, e o problema continuará sem solução, eternamente.

Nessas condições, o magistério serve apenas de degrau para a obtenção de melhores condições de vida, pois seus baixos salários só comportam aceitação por parte de quem está se preparando para algo melhor. Ninguém, em sã consciência, pode pretender auferir o suficiente para o sustento de uma família dando aulas para o 1.º grau. E assim, a educação, como programa e como ideal, fica sempre relegada a segundo plano.

A sistemática atualmente utilizada, de repasses de recursos federais para os Estados e Municípios e destinados à educação, mediante o preenchimento de alguns pré-requisitos, entre os quais a adoção de um estatuto do magistério, inegavelmente está contribuindo para a fixação de remuneração condigna para os professores, com pagamentos pontuais, o que vem redundando em positiva valorização para a carreira docente.

Entretanto, os Municípios foram deixados de lado e nenhuma exigência lhes foi feita

para condicionar a concessão do auxílio, dando, dessa forma, margem a verdadeiros abusos, especialmente nas regiões mais afastadas dos grandes centros e naquelas de poucos recursos.

Sabe-se de casos em que os salários dos professores municipais não passam de cinco mil cruzeiros mensais e que, em contrapartida, contrata-se pessoal não habilitado, havendo até notícias de "professores" que sequer completaram o 1.º grau.

Parece-nos, portanto, bastante adequado criar a obrigatoriedade da fixação da remuneração dos professores municipais de acordo com o estatuto do magistério estadual, condicionando a esse procedimento a concessão de auxílio financeiro federal aos programas de educação.

E, diante dessas evidências, permito-me contar, desde já, com o apoio dos Srs. Parlamentares para esta minha iniciativa, que poderá contribuir, de forma decisiva, para a valorização do professor, mas, sobretudo, para o aperfeiçoamento de nossos programas educacionais.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson do Carmo.

O SR. NELSON DO CARMO (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho criticado, desta tribuna, por várias vezes, o condutor da nossa política econômica, o Ministro Delfim Netto, em função dos juros elevados que vigem neste País e de outros itens que têm causado prejuízos à Nação.

Mas quero parabenizá-lo por uma das medidas que estão sendo tomadas. Refiro-me à retirada dos subsídios. E vou explicar o que representa o subsídio. O subsídio é pago pelo povo. É justo o povo todo arcar, na mesma proporção, com o pagamento do subsídio, sem distinção de rico e pobre? Ora, Senhores, o subsídio é um engodo.

Em carta endereçada à nossa Presidente, Deputado Ivete Vargas — ela havia solicitado o meu parecer sobre o acordo do PTB com o PDS — declarei-me totalmente contrário ao subsídio, que é tirado do povo na mesma proporção — o pobre paga tanto quanto o rico paga.

Vejam o trigo. Poucas pessoas consomem trigo. Cinqüenta milhões de brasileiros não comem pão, bolacha ou bolo. Quem consome trigo é o rico. Ora, o trigo é subsidiado. Vejam bem como é tétrico, o subsídio. Ele é pago indistintamente por todos os brasileiros, e tem de ser eliminado deste País, para que o pobre não arque com essa despesa. Se este País tivesse caixa para arcar com esse subsídio, muito bem, Senhor Presidente, Srs. Congressistas. Mas esse subsídio é pago com emissão de ORTN, acarretando o aumento de juros.

Quero, então, parabenizar o Ministro Delfim Netto por essa corajosa atitude adotada. Urge ainda, Sr. Delfim Netto, que outras medidas corajosas como essa sejam tomadas. Nós temos de enfrentar a atual situação do País e não agir como avestruz, que esconde a cabeça no chão, fugindo à realidade.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 40, 41, 31, 34, 38 e 57, de 1983-CN, e a Mensagem n.º 38, de 1983-CN, em regime de urgência, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis números 1.996, 1.994, 1.991, 1.992, 1.990, 1.989 e 1.995, de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

VETO PARCIAL

Discussão, em turno único, da parte vetada do Projeto de Lei da Câmara n.º 6, de 1983 (n.º 75/83, na origem), que altera dispositivos da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos, e dá outras providências, tendo

Relatório, sob n.º 8, de 1983-CN.

Parte vetada: parágrafo único do artigo 4.º

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão conjunta de 31 de maio, às 19 horas e 22 minutos, deixando de ser submetida ao Plenário por falta de quorum para o prosseguimento da sessão.

Em discussão a parte vetada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

A matéria vetada exige quorum de 2/3 da composição de cada Casa para deliberação. Dada a inexistência desse quorum, em plenário, deixa de ser procedida a votação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 58, de 1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 53, de 1983-CN, aprovando o texto do Decreto-lei n.º 2.011, de 18 de janeiro de 1983, que concede isenção de impostos aos bens destinados à execução do Programa Nacional de Comunicações Domésticas por Satélite.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de decreto legislativo que acaba de ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 44 minutos.)

Ata da 170.ª Sessão Conjunta, em 9 de junho de 1983

1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

AS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castello — José Sarney — Alberto Silva — Hel-

vídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Alvaro Dias — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaide — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Marcelo

Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aloísio Campos — PMDB; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wikson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiuza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — PDS; Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquison Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; Franca Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferrazo — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Aroide de Oliveira — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brândão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leonidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiara-dia — PDS; Emilio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nylton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos —

PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoíno — PT; Marcelo Gato — PMDB; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Codo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Molletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Euclides Scalco — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Carlos Martínez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS;

Emidio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 59 Srs. Senadores e 471 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Baptista.

O SR. LUIZ BAPTISTA (PMDB — ES. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres colegas Congressistas, quero deixar, mais uma vez, registrado nos Anais desta Casa a minha inconformação com o "pacote" de medidas lançado pelo Governo. Dizem os Ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas que estão com a razão, que o "pacote" ainda é insuficiente:

1) para consertar a política econômico-financeira e social implantada no País, durante estes 18 anos de desmandos, pela incompetência dos seus dirigentes;

2) para tapar os rombos a olhos vistos do povo, praticados pelas estatais, sobretudo pela PETROBRÁS, pelo BNH e pelos próprios Ministérios do Governo;

3) para convencer os técnicos do Fundo Monetário Internacional de que temos uma política econômico-financeira séria e capaz de cumprir os nossos compromissos com os nossos credores de casa e do exterior;

4) para continuar a esbanjar a rodo os recursos nacionais e os empréstimos internacionais;

5) para garantir aos trabalhadores nacionais e aos empresários os frutos dos seus esforços;

6) para convencer todos os brasileiros de que poderemos estar a salvo de uma insolvência nacional;

7) para combater o nosso monstruoso déficit público, a dívida externa, a inflação e a alta do custo de vida;

8) para embrulhar a consciência de milhões de brasileiros, até aqui tapeados pelo trio da área Econômica.

Finalizando, o pacote é suficiente: para convencer o nosso ilustre Presidente João Baptista Figueiredo de que é preciso mudar os pilotos da nau econômica, antes que o País naufrague.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje, na sessão da Câmara Federal, houve um momento muito importante, quando ouvimos a palavra do Líder do PMDB, o nobre Deputado Freitas Nobre. S. Ex.^a fez uma análise tranqüila, concisa e clara da verdadeira situação nacional, às vésperas de ser ainda mais “embrulhada” por esses novos “pacotes” editados pela área econômica. E a Liderança do PDS ouviu tranqüilamente. Em seguida falou o Líder do PDS, Deputado Marchezan, que fez algumas afirmações inconcebíveis. Eu me propus a apartear-lo, mas fui advertido por companheiros de que não deveria fazê-lo, porque é de praxe a reciprocidade: porque não havíamos sido aparteados, também não devíamos apartear-lo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não posso, porém, deixar de fazer dois reparos à fala do Líder do PDS. Iniciou S. Ex.^a seu discurso, afirmando que o Deputado Freitas Nobre e as oposições nada oferecem de concreto para a solução do grave problema nacional; que só comparecem para criticar, mas não para apresentar sugestões. E o que é a crítica, senão a contribuição para mostrar aos homens do Governo que eles estão em direção errada e que devem, por conseguinte, caminhar em outra direção? Quantos e quantos discursos são proferidos aqui, alertando a área econômica e o Sr. Presidente? Hoje mesmo, o nobre Líder do PMDB também fazia mais um alerta, no sentido de contribuição; mas o Líder do PDS disse que não, que não havia contribuição alguma, que nós só criticávamos.

Ora, eu tenho que criticar a atitude do Líder. A segunda colocação que fez S. Ex.^a — e falou, nesse momento, também em nome do PTB incorporado ou “empacotado” — foi a seguinte: “Nós, do Governo, participamos do debate político que deu origem ao “pacote” que aí está”. Quero perguntar aqui, desta tribuna, ao ilustre Deputado Nelson Marchezan, que afirmou ter participado dos debates, em que Parlamento S. Ex.^a debateu este problema, porque os assuntos que dizem respeito ao povo são debatidos neste Parlamento, e não no parlamento particular ou escondido alhures do Sr. Nelson Marchezan.

Esta, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as colocações que deveria fazer, neste momento, porque não tive oportunidade de apartear o ilustre Líder do Governo, quando falou na sessão da Câmara Federal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Arthur Virgílio Neto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO NETO (PMDB-AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o regime autoritário brasileiro marcha inevitavelmente para o seu final. Morto historicamente, esclerosado civicamente, somente ainda não sucumbiu de vez porque tem a sustentá-lo aliança espúria entre o capital estrangeiro, setores do capital nacional complementares ao grande capital externo, uma elite dirigente mergulhada e perdida em seus próprios interesses imediatistas e, finalmente, grupos das Forças Armadas, infelizmente ainda desprovidos de comando, distanciados do povo, afastados dos anseios e da bravura das casernas e das tropas.

Tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é dito pelo jornalista Thomaz Coelho, do matutino “Última Hora”, desta Capital, em oportuno artigo intitulado **Moral sem moratória**, publicado na edição de hoje, cuja transcrição nos Anais do Congresso Nacional solicito com extrema satisfação.

“MORAL SEM MORATÓRIA

Há duas semanas, o jornal francês “Le Monde” informava à opinião pública que o presidente François Mitterrand convocara os principais líderes oposicionistas de seu país, inclusive o ex-presidente Giscard d’Estaing, para uma reunião onde seriam debatidos os pontos de vista e as posições da França no encontro de Williamsburg, nos Estados Unidos. As teses oposicionistas tiveram acolhida pelo presidente francês e foram as defendidas e expostas no debate dos países ricos e industrializados.

No Brasil, contudo, existe um sentimento de autoridade que leva os governantes a cometerem erros, acionarem equívocos e praticarem desacertos inconcebíveis e inaceitáveis. Tudo porque não se ouve a ninguém, nem mesmo os que, integrando o partido que lhes oferece sustentação política no Congresso, estão sempre dispostos a aplaudi-los. Talvez sejam os resquícios do autoritarismo de que não conseguimos nos livrar por completo. Quem sabe, é o dono da infalibilidade de privilegiados dirigentes do País mais católico do mundo? O fato é que, no Brasil de 120 milhões, são raros os que participam das decisões e pouquíssimos os que ouvem as insatisfações e reclamos da quase totalidade.

Como **marketing** de imagem, o general Figueiredo iniciou um programa semanal na televisão, cujo título levaria a acreditar que fosse para promover seu melhor estreitamento com as curiosidades e indagações populares. Em princípio, existiam cartinhas, de velhos e crianças, sequiosos por problemas de somenos importância.

Mas agora deparamo-nos com perguntas programadas e respostas previamente meditadas. O jogo é de imagem, som, luzes, palavras e opinião pública.

“Um povo de moral elevada, que acredita na sua força, atravessa anos de dificuldades e acaba firmando sua prosperidade” — cunhou o Presidente Figueiredo, nesta segunda-feira. Uma frase com muita propriedade e, sem dúvida, indiscutível sabedoria. No entanto, a moral elevada de um povo está na razão direta da moral com que os problemas de seu país são tratados.

No caso brasileiro, mais diretamente, é difícil conseguir manter moral elevada com barriga vazia e é impossível acreditar em “força”, com a evidente fraqueza que a miséria, as angústias e indignação de um povo possam provocar aos seus governantes. Sob outro aspecto, não há moral para se acreditar e, muito menos, ter esperanças, quando se sabe que auxiliares do presidente impõem moral para desviar avião de sua rota normal e adotam a força para manipulação de números e aplicação de índices que estão muito distantes da inflação por eles mesmos gerada.

Sabemos que estamos diante de dificuldades. A crise econômica é do conhecimento de todos. Os reflexos que os problemas externos geram na nossa economia são fatores que já se cristalizaram nas consciências mais atualizadas da Nação. Mas o descalabro da nossa economia, a falta de credibilidade dos governantes, a insensibilidade pelos problemas graves e sérios, além da impunibilidade pelos erros praticados, são ingredientes que anulam a força e baixam a moral de qualquer povo. Pelo menos, para acreditar que as pessoas

responsáveis por tudo isso possam agora modificar o sombrio quadro e alterar o trágico caminho pelo qual enveredamos.

Decorridos quatro anos de Governo, o presidente Figueiredo sensibiliza-se mais ainda pelos problemas que afligem o Nordeste. Mas não teria sido mais lógico que, ao invés de bilhões de dólares enterrados nas usinas nucleares, tivesse o Governo, com realismo, plantado a irrigação na região nordestina? Não seria mais lógico e moral que o imposto de renda seja cobrado a quem tem renda e não a quem tem salário? Não seria muito mais lógico e moral que o Governo utilizasse a sua força para evitar que os supermercados remarquem os produtos todas as semanas na cara dos consumidores, ou que os remédios não sejam remarcados fora do preço impresso na caixa? Não seria lógico e moral que os culpados diretos pelos erros públicos fossem punidos?

Como se vê, estamos numa crise, antes de tudo, moral. Acabaremos por decretar moratória da nossa dívida externa. Mas antes seria oportuno que se tivesse uma moratória para a imoralidade pública.

Foi feliz o jornalista, Srs. Congressistas, quando se reporta à crise política e à crise econômica, à crise de competência e à crise moral.

Crise política derivada da forma autoritária de governar.

Crise econômica nascida da injustiça e do absurdo de um “modelo” de falso desenvolvimento econômico e nenhuma sensibilidade social. Concentrador da renda e da terra em poucas mãos, entreguistas e cruel.

Crise de competência porque, além dos pesares, ao lado dos vícios do “modelo”, ao lado da corrupção desvairada do período, até mesmo acionadas dificuldades atuais do conjunto das sociedades capitalistas mundiais, a gestão da área econômica, no Brasil, se vem marcando pela falta de senso e capacidade de articulação.

Crise moral, enfim, porque a ilegitimidade corroe as entranhas da ordem oriunda do golpe militar de 1964. O sistema se isola e se afunda nos escândalos e nos sectarismo.

Apóiam-nos baionetas e interesses internacionais.

Condenam o clamor da sociedade brasileira asfixiada pelo desacerto de duas décadas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ludgero Raulino.

O SR. LUDGERO RAULINO (PDS — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, com muita surpresa ouvimos hoje, na sessão matutina do Congresso, discurso do Deputado Heráclito Fortes, investindo contra a pessoa do Governador Hugo Napoleão e denunciando arbitrariedades policiais no Município de Barras, que não aconteceram, sendo a versão do Deputado bem diferente da verdade ocorrida.

Barras, um dos Municípios onde o PMDB foi vitorioso nas últimas eleições — o partido que, durante a campanha política, prometeu transformá-la num paraíso — encontra sérias dificuldades em modificar a estrutura econômica e social, e é compreensível que isto aconteça em face da crise que assola não só o Município, mas também o Estado e o País.

Entretanto, ao invés de reconhecerem a verdade e, dentro do contexto vigente, procurarem amenizar a grave crise com recursos municipais ou oriundos de outras fontes governamentais, fomentam a luta de classe, intrigando e instigando os trabalhadores rurais que, em regime de agregados, exploram o coco babaçu nos moldes tradicionais de contratos existentes até hoje.

Porém, a ação dos semeadores da discórdia, entre os quais incluo o Deputado Heráclito Fortes, fez com que alguns agricultores se insurgissem contra o direito de propriedade privada e deixassem de pagar aos proprietários aquilo que lhes é de direito. Por isso e atendendo a apelo da sociedade local, o Secretário de Segurança, ciente das suas responsabilidades, enviou à cidade de Barras não um contingente policial, mas sim o Coronel-superintendente da Secretaria de Segurança, para observar *in loco* todos os acontecimentos denunciados. E o relatório oficial concluiu que realmente o Prefeito do PMDB, o Presidente da Câmara Municipal do mesmo partido e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais aconselhavam os trabalhadores a pagar apenas 10% do produto obtido pela quebra do coco, fugindo, assim, à realidade regional.

É oportuno dizer que o Estado do Piauí, desde a administração anterior, cuida com muito carinho da reforma fundiária.

Assim foi criado, no Governo Lucídio Portella, o Instituto de Terras do Piauí — INTERPI, para regulamentar a posse da terra, e hoje, com muito orgulho, dizemos que já foram distribuídos 320 mil hectares de terras a 8 mil famílias de agricultores, que estão de posse inclusive dos títulos de suas glebas.

Por outro lado, o Governador Hugo Napoleão, através do Instituto de Terras do Piauí, adquiriu, em convênio com a Prefeitura de Esperantina, 315 hectares na data vermelha, a serem distribuídos em 28 lotes aos posseiros existentes; e, ainda mais, foram adquiridas também 5 glebas com aproximadamente 6.000 hectares no Município de Porto, em fase de demarcação, para também serem rateadas entre agricultores da região.

Esta é a verdade que o General Venturini encontrara no Piauí, se atender ao apelo do Deputado para visitar a região.

Mas, Srs. Congressistas, a maldade do Sr. Heráclito Fortes vai além da sua irresponsabilidade, quando afirma que o Governador do meu Estado, fugindo do palácio governamental, abriga-se em hotéis de luxo, como se ele desconhecisse a necessidade da presença do Governador em Brasília, para obtenção de minguados recursos da União, para cumprir compromissos inadiáveis com seus governados.

Fica, assim, a verdade colocada em seu lugar, e aos Congressistas que conheceram Hugo Napoleão nesta Casa e em outras legislaturas compete julgar não o Governador, que já o conhecem, mas o Sr. Heráclito Fortes, para muitos um desconhecido.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na tarde de hoje o Líder do PDS na Câmara, Deputado Nelson Marchezan, fez um difícil pronunciamento — difícil para S. Ex.^a, homem eleito pelo voto popular — em defesa das medidas adotadas pelos Ministros da área eco-

nômica no Brasil, apelidadas de “o pacote do Delfim”.

Sr. Presidente, o Deputado Nelson Marchezan, naquela hora, disse que falava em nome da Liderança da Maioria, em nome do PDS e em nome do PTB.

Há um documento, assinado pelas Lideranças do PTB e do PDS, formando um bloco parlamentar, de acordo com o Regimento Interno da Câmara. Mas o Sr. Nelson Marchezan ainda não foi referendado como Líder da Maioria, o que será feito, se acontecer algum dia, com a assinatura da maioria dos Deputados do PTB. Só então o Deputado Nelson Marchezan passará a constituir-se Líder da Maioria.

S. Ex.^a defendeu, portanto, o pacote econômico, em nome do PDS e em nome do PTB, sem ter procuração para isso.

Pedi o aparte ao Deputado, mas seu tempo estava esgotado. Queria perguntar se a Líder do PTB e sua Presidente, Deputada Ivete Vargas lhe havia outorgado poderes, dado uma procuração ou constituído o Líder Marchezan, do PDS, para que defendesse o pacote do Delfim — indefensável — em nome do PTB, partido que representa e do qual faço parte no Rio de Janeiro, trazido para cá com os votos de oitenta e cinco mil trabalhadores que acreditaram na minha palavra, no programa do partido e na discussão que colocávamos na rua.

Sr. Presidente, deixou-nos em perplexidade, e a toda a Nação, a colocação do Líder Marchezan. Urge que a Deputada Ivete Vargas venha a plenário para dizer aos trabalhistas que acreditaram na sua palavra, que acreditaram no programa do PTB, no seu estatuto, na sua mensagem, se o PTB avaliza ou não esse pacote que fere o interesse da Nação, que fere o interesse do trabalhador brasileiro, que violenta o próprio programa, o estatuto e o manifesto do PTB.

Sr. Presidente, diz o programa do Partido Trabalhista Brasileiro que o homem é o fundamento da sociedade nacional e que considera a força de trabalho a base do programa econômico.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O tempo de V. Ex.^a está esgotado, nobre Deputado.

O Sr. Roberto Jefferson — Concluindo, Sr. Presidente, pediria a V. Ex.^a que fizesse inserir nos Anais da Casa um documento, assinado pela Federação dos Sindicatos do Rio de Janeiro, hoje publicado no *Jornal do Brasil*. Entendem as Federações Sindicais e os Sindicatos, órgãos de classe dos trabalhadores, que esse pacote do Sr. Delfim rouba do trabalhador o pão de sua mesa e o macarrão de sua panela.

Pediria a V. Ex.^a que atendesse ao meu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — V. Ex.^a será atendido na forma regimental. Documento a que se refere o Sr. Deputado Roberto Jefferson.

TRABALHADORES CONTRA O “PACOTE”

Antecipando-se às drásticas medidas que vêm sendo anunciadas, por diversas fontes do Governo federal, como componentes de mais um “pacote” na área econômica a ser imposto à nação, as entidades de trabalhadores abaixo assinadas vêm se posicionar publicamente contrárias a estas medidas que são, basicamente, a seguintes:

1 — Corte dos subsídios ao trigo, ao açúcar e ao petróleo. Não aceitamos o corte de tais subsídios que beneficiam principalmen-

te o povo como uma das formas de redução dos gastos públicos. Açúcar e derivados de trigo (pão, massas), são componentes fundamentais da cesta básica de alimentos da classe trabalhadora e do povo em geral. Cortar o subsídio ao petróleo será aumentar direta e indiretamente o custo de todos os produtos necessários à sobrevivência da população brasileira.

2 — Mudança no cálculo do INPC. Somos contra a nova manipulação do INPC, pretendida com os anunciados “expurgos de accidentalidades” do cálculo do índice. Retirar os subsídios já agrava a inflação; e retirar ainda o impacto econômico destes cortes no cálculo do INPC significa um achatamento do salário dos trabalhadores muito mais graves do que o já provocado pelo corte dos 10% acima do INPC até 3 salários mínimos, imposto pelo Decreto-lei n.º 2.012, e não aliviado pelo Decreto n.º 2.024.

3 — Aumento de taxa de juros para a agricultura. Somos contra tal aumento que estrangulará a produção, acarretando a elevação dos preços de todos os alimentos e acelerando ainda mais a inflação.

4 — Corte nos gastos públicos. O aumento dos Gastos Públicos foi e será sempre o responsável pela manutenção do funcionamento da economia, pelo seu papel prioritário na manutenção e geração de empregos. Ao contrário, a diminuição do crescimento dos gastos públicos, como ocorreu recentemente, foi a causa do agravamento da recessão em todos os setores da economia e, consequentemente, do alarmante aumento do desemprego verificado em 1981/82. O efeito de outro corte nestes gastos, como pretende o novo “pacote”, triplicará aquela taxa de desemprego. Além do mais, implica na paralização de parte dos investimentos da União, dos Estados, Municípios e das empresas estatais — patrimônio do povo brasileiro. A alegação de que é necessário um corte no custeio destas empresas, no que se refere a salário (desemprego) e encargos não se justifica, pois é sabido que o total de suas folhas de pagamento não ultrapassa a 12% do seu orçamento global. Tal redução será mais uma medida destinada a esvaziá-las, deixando-as desguarnecidas frente à persistente voracidade das multinacionais que delas pretendem se apoderar.

5 — Finalmente, tornamos público nosso mais veemente repúdio a este “pacote” que aumenta a Dívida Pública, aumenta o desemprego, aumenta a inflação, arrocha ainda mais os salários e aprofunda, de forma trágica, a recessão em nosso País. Com este tenebroso “pacote” a Dívida Pública crescerá sem gerar empregos, porque o Governo brasileiro mais uma vez acatou a definição do FMI — que confunde Dívida Pública com déficit público. Quando, na verdade, a dívida pública cresce por razões estritamente financeiras, ao sabor de correções monetárias e da maxidesvalorização do cruzeiro. A dívida pública cresceu, mas não houve aumento dos gastos públicos. Se os gastos públicos tivessem aumentado teria aumentado também o nível de emprego. Queremos o aumento dos investimentos públicos submetido à decisão democrática do Congresso Nacional, visando o reaquecimento da economia, para o aumento do número de empregos, estimulando o mercado interno com a elevação dos salários reais e a negociação da dívida externa em condições de soberania nacional.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1983.

Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores em Mesas Telefônicas — Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo — Federação Nacional dos Trabalha-

dores nas Indústrias Urbanas — Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e Materiais Elétricos do Rio de Janeiro — Federação Nacional dos Securitários — Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimento — Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos — Federação dos Trabalhadores na Indústria do Papel, Papelão e Cortiça — Federação Nacional dos Estivadores — Federação Nacional dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo — Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado do Rio de Janeiro — Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro — Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operações de Mesas Telefônicas do Rio de Janeiro — Sindicato dos Trabalhadores em Empresa de Transporte Metroviário do Município do Rio de Janeiro — Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica e da Produção de Gás do Rio de Janeiro — Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas de Material Elétrico do Município do Rio de Janeiro — Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro — Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado Heráclito Fontes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PMDB — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ocupou a tribuna desta Casa, minutos atrás, nosso dileto companheiro de representação piauiense, representando a legenda do PDS nesta Casa, Deputado Ludgero Raulino. Disse S. Ex.^a aos Srs. Congressistas aqui presentes, ao defender o Governador Hugo Napoleão — por quem nutro, pessoalmente, respeito, embora divergindo dele politicamente — que, se fizessem uma comparação entre o Deputado Heráclito Fortes e o hoje Governador do Estado, verificariam que este Deputado é um simples desconhecido.

Orgulha-me, Deputado Ludgero Raulino, vir para esta Casa como desconhecido, porque muitos não conhecem a luta que travei para aqui chegar. Mas a minha honra e o meu orgulho maior é que, mesmo sendo eu um desconhecido, tive, nesta oportunidade, o prazer de apresentar, não só ao Congresso, mas também à Câmara dos Deputados, a voz de S. Ex.^a, que talvez não só esta Casa, como os inúmeros eleitores do Piauí que no nobre Deputado Ludgero Raulino confiaram, desejavam conhecer.

S. Ex.^a acusou de irresponsável o meu gesto, e, por isso, solicito a V. Ex.^a, Sr. Presidente, aos companheiros do PT, aqui representados pelo Deputado Djalma Bom, aos companheiros do PMDB, aos companheiros do PDS, aos companheiros do PDT para que formem uma comissão. Eu os convido, e arco com todos os ônus desta viagem, a irem até o Município de Barras, para que constatem se há ou se houve violência, se as prisões existiram, se as mercadorias, no caso, o coco babaçu — conforme citei na sessão do Congresso de 11 horas — produto do trabalho de Domingos Pereira, José Pereira de Sousa, José Simplicio e Francisco Alves de Sousa e fonte do sustento de suas famílias, foram ou não tomada pelas arbitrariedades do Governador do Estado — quando me refiro a Governador não acuso S. Ex.^a, mas o sistema que lá pratica esses atos, sob a sua proteção.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o quilo do coco de babaçu custa no Município de Barras, no mercado, 140 cruzeiros, mas os proprietários querem que o trabalhador lhes venda por 40 ou 60 cruzeiros. E assim mesmo o pagamento não é feito através de moeda corrente, mas por um sistema de

troca da mercadoria por vales ou produtos da bodega, para que não conheçam as mercadorias que eles mantêm dentro das suas propriedades. Nobre Deputado, esclareço ainda a V. Ex.^a que a missão mandada pelo Governo do Estado foi feita em duas etapas: a primeira, da coação isolada, comandada pelo Major Alípio; a segunda, com 70 policiais, comandada pelo Coronel Elebal.

Mas, nobre Deputado Ludgero Raulino, o apreço e a admiração que sempre nutri e continuo nutrindo por V. Ex.^a são tão grandes que só lhe atribuo o encampamento desta causa tão injusta, tão inoportuna e tão imprópria devido o fato ter acontecido quando V. Ex.^a não se encontrava em nosso País, pois estava na Europa, representando brilhantemente a Câmara dos Deputados em uma missão que a Casa lhe confiou. Nobre Deputado Ludgero Raulino, iremos juntos a Barras e às margens do rio Maratão, com os companheiros de partidos aqui presentes para ouvir a voz do homem sofrido daquela terra, a voz chorada daqueles que estão tendo a sua tranquilidade perturbada pelos agentes da perseguição comandados pelo Governador do Estado. O povo de Barras já não tem mais dinheiro, o povo de Barras já não tem comida, o povo de Barras já não tem remédio, porque o remédio é distribuído politicamente pelo PDS. Pelo amor de Deus, Deputado Ludgero Raulino, Vossa Excelência, que é médico, que tem uma vida toda voltada para o humanismo, ajude aquela gente a ter paz e assim viver para sempre.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA (PDS — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, hoje, na sessão da Câmara, houve um debate em alto nível entre os Líderes do PMDB, Deputado Freitas Nobre, e do PDS, Deputado Nelson Marchezan, que empolgou tanto que ainda repercute nesta sessão do Congresso Nacional.

É certo — e bem o disse o Líder do PDS, Deputado Nelson Marchezan — que o Líder do PMDB, homem culto, de experiência e de muito conhecimento, limitou-se a contestar, a acusar, a atacar as medidas adotadas pelo Governo, sem, na verdade, oferecer qualquer sugestão, qualquer alternativa.

Há de se dizer que a crítica também é uma colaboração. É certo. Mas é um terço da colaboração, no máximo a metade. A crítica construtiva, essa, sim, alcança a colaboração por inteiro.

Atente-se para a falta de cuidado do ilustre Deputado Freitas Nobre, que, ao acusar todas as medidas adotadas, foi inclusive contra uma providência, que, por sua importância, conclui-se que S. Ex.^a não estava conhecendo todas as medidas que o governo adotara.

Veja V. Ex.^a, Sr. Presidente, que do número 6 do item 3 das providências adotadas consta o seguinte: "Redução do Imposto de Renda na fonte sobre os rendimentos do trabalho" — e esta a explicação — "visando a tornar menos oneroso o Imposto de Renda na fonte sobre os rendimentos do trabalho, principalmente os das pessoas de menos renda. Será reajustada a tabela de incidência desse imposto, elevando-se o valor das classes de rendimentos em cerca de 30%, a partir de 1.º de julho de 1983. Os limites de incidência das tabelas vigentes passam de 110 mil cruzeiros, trabalho assalariado, e 37 mil cruzeiros, trabalho não-assalariado, para, respectivamente, 144 mil cruzeiros e 48 mil cruzeiros. Serão também acrescentadas mais duas classes de rendimentos com alíquotas de 40% e 45% em cada tabela".

É evidente que nas acusações competia fazer essa ressalva, ou seja, a diminuição do Imposto de Renda, medida louvável e a merecer o nosso aplauso, porque atenta para as categorias de servidores e de pessoas com rendimentos menores.

Ademais, contestou-se que o Líder Nelson Marchezan não participou e que não haverá participação nenhuma nessas medidas adotadas. S. Ex.^a, o Deputado Nelson Marchezan, como os Vice-Líderes e o Líder no Senado, estivemos reunidos e participamos do debate, quando houve uma discussão do problema. S. Ex.^a, o Deputado Nelson Marchezan, destacou-se pelas posições que defendeu. Mas há de se dizer que esta discussão não tem sentido, porque é *interna corporis*.

Mas não há dúvida nenhuma de que a matéria sujeita à apreciação do Poder Legislativo virá para esta Casa e haveremos de analisá-la livremente, aprovando ou rejeitando, mas de qualquer sorte discutindo-a, o que permitirá um amplo debate.

É certo, Sr. Presidente, que se adiantou ter o ilustre Deputado Nelson Marchezan falado pelo PDS. S. Ex.^a não chegou a tanto, mas, justiça se faça, a ilustre Líder Ivete Vargas também esteve na reunião e manifestou o seu ponto de vista, sobretudo favorável aos assalariados e aos trabalhadores.

Mas democracia, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é maioria. Não podemos, em hipótese alguma, contestar a representação da ilustre Líder na sua bancada, que é composta de 13 Parlamentares, e somente um diverge. Evidentemente, gostaria que, como bom democrata, este que diverge, acatasse a decisão da maioria.

Sr. Presidente, é o que me competia na oportunidade dizer, certo de que o debate entre os dois Líderes, do PDS e do PMDB, foi construtivo. A nossa sugestão é de que a Oposição não se limite a esta crítica, sem trazer alternativas. Não chego ao ponto de considerar nula a crítica contraditória, mas ela traz pouco ao debate, não traz nenhuma luz à escuridão.

Esta era a observação que me cabia fazer.

O Sr. Sinval Guazzelli — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sinval Guazzelli.

O SR. SINVAL GAZZELLI (PMDB — RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ouvimos com a atenção de sempre o pronunciamento do Líder em exercício da Bancada do PDS, Deputado Djalma Bessa, que fez os seus reparos e as suas críticas ao pronunciamento do ilustre Líder Freitas Nobre na sessão da Câmara de hoje à tarde e repetiu aquilo que tem sido uma constante nos pronunciamentos dos Srs. Deputados na Bancada do Governo: que a Oposição faz as suas críticas, mas não sugere alternativas para os graves problemas nacionais.

Aí o equívoco, Sr. Presidente, da Liderança do PDS. O PMDB, através da Fundação Pedrosa Horta, apresentou o documento "Esperança e Mudança", sugerindo as alternativas que entendia oportunas para o enfrentamento da grave crise em que vive o País nesta hora. Mas não fica aí a ação do PMDB. Dias atrás, o Diretório Nacional do PMDB, por sugestão de sua Comissão Executiva, adotou, como matéria para proposição do partido à Nação brasileira, o "Projeto Emergência", de autoria do nobre companheiro ex-Senador Teotônio

Vilela. Tanto o documento "Esperança e Mudança", como o de autoria do ex-Senador Teotônio Vilela, o "Projeto Emergência", representam as propostas concretas, alternativas, que o PMDB oferece à consideração do País para o enfrentamento da grave crise que enfrenta, com a qual todos nós estamos profundamente preocupados.

Mas, a propósito do pronunciamento do ilustre Líder Freitas Nobre, quero dizer ao Deputado Djalma Bessa que o nobre Líder, da tribuna, na sessão de hoje à tarde da Câmara, lamentou terem perdido o plenário da Câmara e do Congresso Nacional a oportunidade de poder discutir amplamente as medidas que estão sendo agora propostas pelo Governo, em forma de uma decisão do Conselho Monetário Nacional. O ilustre Líder Freitas Nobre reclamou hoje, da sua tribuna, exatamente neste sentido, lamentando que o Congresso não pudesse discutir amplamente a matéria. Desejava ele que a matéria fosse encaminhada ao Congresso, em forma de projeto, talvez até de lei ordinária ou de outra maneira que o Governo entendesse oportuna e recomendável, mas que viesse ao Congresso para ser discutida.

O discurso do nobre Líder representou o quê? Uma posição da bancada do PMDB diante do fato consumado, porque o Governo não abriu a discussão em torno de toda a matéria contida no "pacote" que vem de ser decidido pelo Conselho Monetário Nacional. O Governo não abriu sua discussão

não apenas aos congressistas, legítimos representantes do povo, mas não a abriu sequer às diversas instâncias sociais da Nação.

Deveríamos escolher a oportunidade, isto sim, para uma meditação, e chegarmos à conclusão de que exatamente o que está faltando nesta hora é um debate aprofundado sobre a crise nacional e sobre as melhores soluções, que haveremos de encontrar, para que tenhamos esperança de, no dia de amanhã, as coisas mudarem para melhor.

Sr. Presidente, se existe um partido interessado numa ampla, total e abrangente discussão sobre os problemas que o País enfrenta este é exatamente o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Estamos cansados todos nós, e creio que a Nação também, das decisões fechadas, de gabinete, dos tecnocratas do Governo, que não recolhem as opiniões das lideranças nacionais em todos os setores de atividade, para, afinal de contas, ver se as suas decisões resultam ou não de formação de uma consciência nacional sobre os problemas que vivemos. É isto o que queremos, advogamos, pretendemos, e foi isto exatamente que reclamou hoje, falando em nome do partido, da tribuna da Câmara, o ilustre Líder Freitas Nobre.

Eram estas as observações que queria fazer nesta hora a propósito de tão grave assunto, em resposta à manifestação do nosso ilustre colega Líder Djalma Bessa.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está esgotado o período destinado para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à leitura da Mensagem n.º 72, de 1983-CN, referente ao Projeto de Lei n.º 3, de 1983-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Justiça o crédito especial de até Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), para o fim que especifica.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

O Sr. Sinval Guazzelli — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. Sinval Guazzelli (PMDB — RS .Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sendo evidente a falta de **quorum**, na forma do § 2.º, do art. 29, do Regimento Comum, solicito de V. Ex.^a o encerramento da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — É regimental o requerimento de V. Ex.^a Não existe um sexto dos Srs. Senadores e um sexto dos Srs. Deputados presentes.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF
CEP 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 77

Está circulando o nº 77 (janeiro/março de 1983) da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 430 páginas, contém as seguintes matérias:

HOMENAGEM

- Senador Argemiro de Figueirêdo

COLABORAÇÃO

- Momentos decisivos do constitucionalismo brasileiro — *Miguel Reale*
- El Estado de Derecho en las Américas — *Jorge Reinaldo Vanossi*
- Enfoque constitucional dos direitos humanos no Brasil e no mundo — *Paulo de Figueiredo*
- O esgotamento dos recursos internos em experimentos contemporâneos das Nações Unidas de proteção dos direitos humanos — *Antônio Augusto Cançado Trindade*
- A desapropriação e suas condições constitucionais — *Rubem Nogueira*
- O mandato imperativo partidário — *Luiz Navarro de Britto*
- Distrito Federal: pessoa jurídica e o exercício de suas funções administrativa, legislativa e judiciária — *Emmanuel Francisco Mendes Lyrio*
- Os ilícitos civis no Direito Internacional Privado inglês — *C.G.J. Morse*
- O “repúdio” das mulheres pelo marido no direito mulçumano, visto pelo STF — *Negi Calixto*
- A participação dos trabalhadores nos lucros das empresas — *Joaquim Lustosa Sobrinho*
- Eficácia de las sanciones penales frente a la delincuencia económica — *Antonio Beristain*
- O poder de polícia, o desenvolvimento e a segurança nacional — *Cotrim Neto*
- O poder de polícia e a prevenção do delito — *René Ariel Dotti*
- Permanência e reintegração dos condenados no convívio social — *Armida Bergamini Miotto*
- Plágio — *Antônio Chaves*

PUBLICAÇÕES

- Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF (70160)

Encomendas mediante vale postal ou cheque *visado* (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo reembolso postal.

Preço do nº 77 (430 páginas) — Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1983
(Nºs 77 a 80) — Cr\$ 4.000,00

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: CR\$ 50,00